

O custo da estagnação

A economia brasileira encolheu no ano passado, em consequência da crise internacional agravada pela moratória russa. Na média do ano, o valor da produção foi 0,12% menor que a de 1997, segundo os últimos números divulgados pelo IBGE. Esse número indica uma aparente estabilidade, mas, como a população continuou a crescer, o produto por habitante diminuiu 1,45%. Houve, portanto, empobrecimento para o brasileiro médio. O maior impacto da crise externa ocorreu no segundo semestre, quando diminuiu fortemente o ingresso de recursos do exterior. Apesar das dificuldades imediatas, o presidente da República foi reeleito, sustentando a bandeira da estabilidade. Suas dificuldades políticas, no entanto, iriam agravar-se neste ano, com o desemprego em alta e nova compressão salarial.

A maior parte das atividades industriais teve desempenho ruim ou medíocre no ano passado. De 32 segmentos listados pelo IBGE, 22 apresentaram valor adicionado menor que o de 1997. Isso expli-

ca em boa parte a piora das condições do emprego. Os ganhos de produtividade na indústria estiveram associados a grandes cortes de pessoal. A mão-de-obra ocupada diminuiu 35%. Nessas condições, nada mais previsível que a redução da fatia dos ganhos destinada aos trabalhadores. A distribuição do bolo havia melhorado com o lançamento do real. A inflação baixou, a corrosão salarial se interrompeu e a oferta de bens de consumo cresceu, com a maior abertura da economia. Esse benefício, porém, só seria mantido se a economia continuasse a crescer em ritmo razoável, suficiente para permitir a expansão do produto por habitante e a criação de empregos.

A história foi diferente. O Brasil suportou razoavelmente o impacto da crise internacional, desde o surgimento de problemas na Ásia, mas o avanço da produção foi muito limitado a partir daí. Além disso, o governo encontrou dificuldades políticas para concluir o programa de reformas e teve de recorrer, mais de uma vez, à elevação de juros e de impostos. Os

dois fatores tornaram mais difícil o aumento da produção e a criação de empregos. Juros elevados encareceram o investimento e o capital de giro, além de prejudicar o consumo. Impostos mais altos também sobrecarregaram o sistema produtivo, além de diminuir o rendimento disponível das famílias. Graças à elevação dos impostos, o governo tem conseguido ampliar a arrecadação fiscal, neste ano, apesar do baixo nível de atividade.

Com a redução dos juros, a partir de março, a indústria recobrou algum dinamismo. Ao longo do primeiro semestre, houve crescimento em relação ao final de 1998, como indicou recentemente o IBGE. Mesmo o desemprego parou de crescer. Em algumas áreas, o mercado de trabalho começa a apresentar alguma melhora.

Apesar da reação de vários segmentos industriais e da boa produção agrícola, incertezas permanecem. A economia pode ainda encolher 1%

neste ano, segundo as novas estimativas aceitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A produção industrial, depois de diminuir 1,34% no ano passado, poderá manter-se neste ano com crescimento zero. Dito de outra forma: o produto industrial será, segundo previsões correntes, o mesmo de 1998 – um resultado, enfim, bastante insatisfatório.

Impasses em Brasília retardam o crescimento e a criação de empregos

As perspectivas para os próximos anos dependem tanto da situação externa quanto de fatores políticos internos. Brasília tem uma agenda importante de reformas pendentes. A disposição de investir na produção e de criar oportunidades de trabalho dependerá, em grande parte, de como seja cumprida essa agenda. Para garantir a realização dessa tarefa, o governo terá de mobilizar mais apoio político do que teve nos últimos meses. Acuado por pressões e manifestações de descontentamento, terá maior dificuldade para conduzir o País a uma situação melhor.